

O “influencer” de ineficiências¹

Edvaldo Santana²

A energia elétrica é determinante para o crescimento. Não se vive sem eletricidade. E nisso o Brasil tem inigualável vantagem: a ampla disponibilidade de fontes limpas e renováveis. E tudo isso começou a ser explorado há cerca de 100 anos, primeiro com as pequenas hidrelétricas e depois com as grandes. O modo de fazer era descentralizado. As empresas industriais aproveitavam os cursos d’água e produziam a energia que seria usada na fábrica. O excedente era distribuído ali por perto.

A energia chegava a não mais que 15% dos brasileiros. Não se cresceria assim. Os municípios, lá pelos anos 1920-1930, começaram a criar departamentos com foco na eletricidade. Os Estados, logo depois, fizeram a mesma coisa. O governo federal deu um passo gigantesco com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em 1945, e andou um pouco mais com Furnas Centrais Elétricas, em 1958. Foi o início da era das grandes e eficientes hidrelétricas. Ninguém construiu tanto em tão pouco tempo.

Mas tudo ainda era descentralizado. A eletricidade chegava a pouco mais de 1/3 da população. Foi quando surgiu, no fim dos anos 1950, a ideia (inovadora, sim) da coordenação centralizada, sobretudo do planejamento da expansão. Foi a deixa para, em 1962, ser criada a Eletrobras, uma célula do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, sem o “S” atual).

As novas usinas tinham como lógica o mínimo custo. A ordem de construção, o tipo e o local eram rigorosamente prescritos. Não se fazia qualquer usina. Era a usina A, depois a B e assim sucessivamente. Em meados dos anos 1970, quase 70% da população já tinha acesso à eletricidade. Mas faltava muito.

Os excelentes técnicos da Eletrobras deram um passo ainda mais gigantesco (e inédito), o da interligação elétrica de todo o Brasil. A operação do sistema

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-influencer-de-ineficiencias.ghtml>

Acessado em 10.01.2024

² Doutor em Engenharia de Produção, professor titular aposentado da UFSC e ex-diretor da Aneel

também passou a ser coordenada de forma central. Em 1979 o Sul estava interligado ao Sudeste.

Era a época dos custos marginais decrescentes. A oferta de energia ganhou segurança e confiabilidade. E tudo era coordenado pela Eletrobras. Não coordenava só suas empresas, mas todas as que tinham geração e transmissão, privadas ou estatais - a grande maioria. Em meados dos 1990, cerca de 90% das unidades consumidoras tinham eletricidade segura e confiável. Uma usina da Chesf pode levar energia para São Paulo. Qualquer usina de Furnas chega com sua produção até o Rio Grande do Sul.

Coordenação central, da expansão e operação, foi o determinante da e confiabilidade e segurança do sistema

Com a crise de endividamento, no fim dos anos 1980, o ciclo de custos decrescentes deu lugar a uma espiral de ineficiências. A marca eram os atrasos das obras, que prejudicavam a inserção de novos consumidores. Mudanças importantes na segunda metade dos anos 1990, que incluíam um vigoroso programa de privatização, resultaram em melhorias relevantes, em especial a partir de 2004.

Mas os custos passaram a ser crescentes. Entre 2012 e 2023, a expansão da capacidade instalada de geração foi quase que exclusivamente por meio de fontes renováveis variáveis, como eólica e solar. No mesmo período, os custos de investir nessas fontes tiveram uma redução média de 45% - em todo o mundo. Ainda assim, no Brasil, a maior parte dos consumidores não tiram vantagem disso. A tarifa é crescente, mais ainda para os mais pobres.

Por que é assim? Em 2023, 90% dos investimentos em geração foram em eólica (30%) e solar (60%). Mas, em virtude da descoordenação, cada um constrói o que quer e onde quer, apesar da existência de uma secretaria e uma empresa de planejamento. Os estímulos decorrem de subsídios definidos politicamente e por interesses regionais (um "influencer" de ineficiências) que alimentam e são alimentados por "jabutis".

Recentemente reapareceu um debate que bem sintetiza esse tipo de fonte de ineficiência. Tal debate é também um paradoxo. A Eletrobras, que fica no Rio de Janeiro, resolveu incorporar uma de suas empresas, Furnas, cuja sede também é no Rio. Argumenta-se, em resistência, que a empresa não pode fazer isso. Afetaria o desempenho das usinas e linhas de transmissão - espalhadas pelo Sudeste e Centro Oeste.

Como assim? Os ativos fixos ficarão onde estão. A gestão direta também. Apenas a gestão central vai de um prédio para outro, ambos no Rio. A propósito, a Chesf, com sede em Recife, também era no Rio, a exemplo da Eletrosul, desde 1977 em Florianópolis. Na época, fazia sentido. Se pensava em sistemas de transmissão regionais.

A coordenação central, da expansão e da operação, foi o determinante da segurança e confiabilidade do sistema elétrico, premissa válida até os dias atuais. Ora, se a coordenação leva a eficiências, por que não funcionaria com Furnas?

Claro que não é uma operação trivial, do ponto de vista teórico e operacional, a incorporação de uma empresa como Furnas, que por muito tempo ditou a excelência no padrão de construção e operação de grandes usinas e linhas de transmissão. É até mais antiga que a Eletrobras. É enorme a responsabilidade. Conduzir de forma adequada e com todo cuidado a transição é um caminho-crítico. E indispensável.

A Eletrobras, como é hoje, não é fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Com a incorporação de Furnas, a holding, ou parte dela, passará a ser gestora direta de ativos, portanto, objeto de fiscalização pela entidade especializada. É outra razão para explicar que não haverá perda de eficiência na gestão dos ativos fixos, e sim o contrário.

Mas, confesso, também não é tarefa trivial convencer aos sempre atentos interesses políticos regionais, que perderiam, em Furnas, o papel de “influencer” de ineficiências. Fábio Couto, no Valor de ontem (“Indicações políticas ganham espaço na ENBPar”), descreve de onde vem e como é articulada a força que quer impedir a incorporação de Furnas.